



ce_pge_sp Hoje vamos inaugurar uma série de postagens que busca resgatar a história do Centro de Estudos. E para isso vamos começar com uma sobre o nosso primeiro logo, criado em 1977.

PGE SP NA MÍDIA

Valor | Brasil

Perdas do ICMS: SP calcula que deixará de pagar R\$ 445,4 milhões à União com liminar de Moraes

Maranhão, Alagoas e Piauí obtiveram decisões semelhantes sobre a Lei Complementar 194, que reduz a 18% a alíquota do imposto incidente nos combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte público.

Por Lu Alko Otta, Valor — Brasília
03/08/2022 20h08 - Atualizado há 25 minutos

O **Estado de São Paulo** estima que deixará de pagar R\$ 445,4 milhões à União no próximo dia 15, informou ao **Valor** a chefe da Procuradoria de Assuntos Tributários (PAT) da Procuradoria-Geral do Estado, **Fernanda Luzia Freire Serur**.



Pgespoficial Pedido da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo é acolhido pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a compensação imediata das parcelas do contrato de dívidas paulistas com a União, ontem (31), em Brasília (DF). Sobre o assunto, Fernanda Serur, procuradora do Estado e chefe da Procuradoria de Assuntos Tributários (PAT) concedeu entrevista ao jornal Valor Econômico referente à decisão e seus desdobramentos.

Link na bio.

PGE SP NA MÍDIA

FOLHA DE S.PAULO



Painel

Editado por Fábio Zanini, espaço traz notícias e bastidores da política.
Com Guilherme Seto e Juliana Braga



SEGUIR



Órgãos do governo de SP fazem acordo para combater sonegação

Secretaria da Fazenda e Procuradoria Geral do Estado
compartilharão bases de dados



PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
@pgespoficial

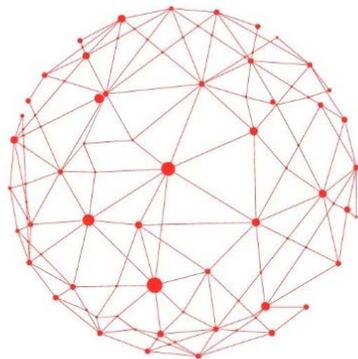


pgespoficial PGE na mídia | Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Fazenda e Planejamento assinaram resolução conjunta de compartilhamento das bases de dados para acelerar a cobrança de contribuintes inscritos em dívida ativa do Estado de São Paulo. O objetivo é combater a sonegação fiscal e incrementar a arrecadação.

Link na bio.



pgespoficial Procuradoria Geral do Estado de São Paulo marca presença na XX Semana Jurídica, evento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado, entre os dias 9 a 12 de agosto.



Planejamento Estratégico

Procuradoria Geral do Estado de São Paulo



pgespoficial PGE/SP inicia diagnóstico organizacional visando Planejamento Estratégico da Instituição

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) de São Paulo, em conjunto com o Instituto Publix e a Comunitas, iniciou hoje (24.8), formalmente, seu projeto de diagnóstico institucional que levará a um Planejamento Estratégico (PE) da PGE.

Toda Instituição precisa de clareza em seus objetivos, metas e resultados. A PGE é não diferente. O Planejamento Estratégico é um processo coordenado de reflexão, análise e tomada de decisão acerca dos grandes propósitos da Procuradoria e dos meios que serão utilizados para alcançá-los.

Esse processo tem início com a realização de um diagnóstico institucional – um panorama detalhado da PGE – e culmina na definição dos objetivos estratégicos da instituição, permitindo a criação de planos de ação. A participação de todos os servidores e procuradores nesse processo é indispensável.

João Paulo Mota, diretor do Instituto Publix, explicou que o projeto é realizado pela Comunitas, em parceria com o Publix, em que o papel principal da consultoria é ser catalisadora e sistematizadora, de forma científica, da construção do diagnóstico institucional que, por sua vez, orientará as escolhas

para a formulação de uma agenda estratégica da PGE para o futuro. “Esse projeto se dará com uma visão bastante pragmática. Não temos ainda nenhuma linha escrita do plano estratégico, mas já estamos trabalhando no engajamento de todos para tirar o plano do papel”, afirmou ele.

A procuradora do Estado Renata Santiago Pugliese, coordenadora de administração da PGE, será a gestora do convênio e do processo pela Procuradoria. Ela ressaltou que não existe a intenção de se lançar um processo revolucionário, mas sim um processo necessário para o futuro da PGE. “Teremos uma visão global que talvez não tenhamos no momento”, disse ela, que lembrou que a visão individual de todos os procuradores e servidores será importante para essa visão mais ampla do diagnóstico organizacional.

Já a procuradora geral do Estado, Inês Maria dos Santos Coimbra, fez questão de dizer que “O engajamento de todos nós, procuradores e servidores, é fundamental e vai nos dar um projeto com mais legitimidade”.

ESTÁGIOS PGE

PGE/SP passa a oferecer estágio também a estudantes dos períodos iniciais dos cursos de Direito.



A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP) ampliou o público de estudantes para acesso aos processos seletivos de estágio de Direito na Instituição. Agora, alunos matriculados já a partir do período da faculdade podem também participar desses certames.

Essa possibilidade foi aberta a partir do Decreto nº 67.033, de 11 de agosto de 2022 (data icônica para os estudantes de Direito), alterando o Decreto 56.013/2010 em vigência, que permitia a participação de alunos apenas dos dois últimos anos (7º, 8º, 9º ou 10º semestres) do curso.

A legislação ainda destaca que, os estudantes que cursam o 4º ano têm a necessidade de comprovar a inscrição como estagiário profissional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Além disso, eles têm 60 dias para providenciar a carteira da instituição que representa os advogados.

Para informações, consulte o site da PGE (<http://www.portal.pge.sp.gov.br/>), no ícone "Processo Seletivo de Estagiário".

PGE SP NA MÍDIA

ECONÔMICO

Valor

Fazenda de São Paulo fecha acordos de R\$ 1 bi

Debita Oliveira
De Brasília

O Estado de São Paulo fechou R\$ 1 bilhão em acordos com contribuintes para o pagamento de débitos de IPVA e ICMS inscritos na dívida ativa. O valor foi negociado por meio do programa de transação tributária, iniciado em meados de 2021.

Foram firmados, segundo a Fazenda paulista, 67,7 mil acordos para o parcelamento de 72.408 débitos, com descontos em juros e multa. O maior valor negociado, referente à dívida de ICMS, é de R\$ 139,9 milhões.

O desenvolvimento do programa de transação tem sido melhor que o esperado", diz Elaine Vieira da Motta, procuradora-chefe da Dívida Ativa no Estado. Após a aplicação dos descontos, acrescenta, o Estado espera receber cerca de R\$ 900 milhões — já entram nos cofres públicos R\$ 200 milhões.

O valor total negociado, porém, representa um pequeno percentual do estoque de dívida ativa, hoje de R\$ 339 bilhões. A maior parte dos 67,7 mil acordos fechados refere-se a dívidas de IP-

VA. Mas com maiores valores envolvem débitos de ICMS.

Elaine esclarece que, independentemente dos editais abertos no site da Procuradoria Geral do Estado (PGE), o contribuinte pode procurar o órgão e negociar. Na transação individual, é necessário que o débito seja objeto de discussão judicial e sejam apresentados garantias — também exigidas na maioria dos editais.

A transação de maior valor feita no Estado refere-se a dívidas de 2017 e 2018, de acordo com o advogado Arthur Castilho, que assessorou a empresa na negociação junto com o advogado Malheiros Scarck de Moraes, ambos do escritório Scarck, Castilho Sociedade de Advogados.

A empresa chegou a tentar pagar o que deve de ICMS com precatórios, mas não foi possível realizar a compensação e, em 2021, com o bloqueio de bens por meio do Sistema de Bloqueio Ativo do Poder Judiciário (Sobajud), partiu para o acordo, que prevê parcelamento da dívida em 60 meses.

Castilho considera positiva a experiência com a transação tributária individual no Estado de

São Paulo. Para ele, a PGE tem se mostrado interessada em quebrar paradigma da falta de conexão entre contribuintes e Estado. Mas destaca, em algumas negociações de transação teve dificuldade com a experiência de garantia sílfonea. "Algumas exigências podem acabar inviabilizando negociações."

Em junho, foi aberto um novo edital de transação tributária por adesão, para contribuintes de ICMS em recuperação judicial. A adesão poderá ser formalizada no portal da dívida ativa até 10 de dezembro. Especificamente para as empresas em recuperação judicial, 492 débitos já foram transacionados, no montante de R\$ 139 milhões.

A Procuradoria Geral do Estado estima que 577 empresas poderão ser beneficiadas. Existem 15.036 débitos tributários de empresas em recuperação judicial inscritos em dívida ativa. O valor total chega a R\$ 7,2 bilhões. Os descontos previstos no edital são de até 40% sobre multa e juros. O valor pode ser parcelado em até 84 vezes.

O governo estadual regulamentou a transação tributária na



Procuradora Elaine Vieira da Motta: descompõe melhor que o esperado

Lei nº 17.293, de 2020. Os descontos são aplicados conforme a classificação do devedor, o rating, que vai de "A" a "D".

Na "A" estão dívidas com perspectiva máxima de recuperabilidade. O contribuinte tem direito a desconto de 20% sobre juros e multa, com limite de até 10% do valor da dívida atualizada. O "D" garante desconto de até 40% sobre juros e multa, com limite de até 30% da dívida.

A transação pode ser individual ou por adesão. Se a situação da empresa é mais complexa, na modalidade individual, por exemplo, é possível discutir de algumas discussões judiciais, mas de outras não.

"Não há limite de valor mas precisa existir discussão judicial. Se não, não existe transação", afirma a procuradora Elaine Vieira da Motta. No caso de devedores em recuperação judicial, acrescenta, não é preciso apresentar garantias.



pgespoficial PGE na Mídia | Programa de Transação Tributária da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo fechou R\$ 1 bilhão em acordos com contribuintes do IPVA e ICMS para o pagamento de débitos inscritos em dívida ativa.

Link na bio.